

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015.

(do Senhor Luiz Couto)

Requer que seja realizada audiência pública para apurar a violação de Direitos Humanos nos conflitos entre Camponeses e Milícias Armadas no Campo.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso XIII, do artigo 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada audiência pública para analisar atuais questões que possivelmente violam os princípios dos Direitos Humanos, no que tange ao conflito entre Camponeses e Grupos Armados que prestam serviços de segurança para Latifundiários.

Para participar desta audiência sugiro que sejam convidados:

- 1) **Elizabteh Altina Teixeira e Juliana Elizabteh Teixeira do Nascimento** (sobrinha) - (83) 9115-8076 - julianahistoria@bol.com.br;
- 2) **José Pedro Stédile** – Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
- 3) **Dom Enemésio Lazzaris** – Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT;
- 4) **Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** – INCRA;
- 5) **Representante do Ministério Público Federal** – MPF;
- 6) **Representante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares** – RENAP; e

**7) Representante da Secretaria de Direitos Humanos da
Presidência da República – SDH;**

JUSTIFICATIVA

Historicamente as primeiras ligas camponesas no Brasil, surgiram em 1945, logo após a redemocratização do país depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas.

Na época, camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, dividiram-se em ligas e associações rurais em quase todos os Estados Brasileiros.

Em janeiro de 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, a SAPP, localizada no Engenho Galiléia, em vitória de Santo Antônio, Pernambuco, houve o ressurgimento das ligas camponesas no Nordeste.

A partir daí, as Ligas Camponesas expandiram-se para diversos municípios de Pernambuco e também para outros estados. Como na Paraíba, onde o núcleo de Sapé foi um dos mais expressivos e importantes, chegando a congregar mais de dez mil membros. Nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro (na época estado da Guanabara); Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e também no Distrito Federal.

Sabe-se que a fundação destas Ligas Camponesas se deu por motivos como posse da terra, água, questões trabalhistas, condições análogas à escravidão e violência, desencadeando vários conflitos, assassinatos e também ameaças.

Existem dados sobre os últimos 30 anos de conflitos no campo no território brasileiro, que registram números impressionantes, só em conflitos foram 28.805, destaque-se a região Nordeste com 10.488 (36%) e a região Norte com 7.770 (27%), ou seja, mais de 19 milhões de pessoas envolvidas.

Os conflitos não ocorrem de forma pacífica, mas são historicamente violentos e, em casos extremos, com muitos feridos ou mortos. No Nordeste foram

9.736 pessoas feridas – com registro maior nos estados da Bahia, Maranhão e Paraíba – e 474 vítimas de assassinatos. O primeiro lugar, nesta questão, está à região Norte com 775 vítimas (40%) dos assassinatos no país. Consequência da criminalidade no garimpo, invasão de terras indígenas e de comunidades ribeirinhas. No caso do Nordeste existem muitos casos relacionados às secas e invasões nas décadas de 1980 e 1990. Muitas famílias também tiveram plantações queimadas por parte de latifundiários e policiais, destruição de casas, além de violência física e das mortes.

Diante do exposto, reitero a importância da realização da referida audiência pública para que se possam sanar quaisquer dúvidas sobre este conflito que se alastra no campo, onde de um lado Camponeses solicitam a Reforma Agrária, e do outro latifundiários que ameaçam constantemente, através até da participação de policiais e oficiais de justiça, na trama para expulsar os camponeses das terras e os pescadores das vazantes.

Para tanto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Luiz Albuquerque Couto

Deputado Federal PT/PB